

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DE OLINDA PARA O ANO DE 2020, REALIZADA NO DIA 10 DE SETEMBRO DE 2019.

Às dez horas e cinquenta e cinco minutos do dia dez de setembro de dois mil e dezenove, no Plenário da Câmara Municipal de Olinda, teve início a Audiência Pública sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias de Olinda para o ano de 2020. **O vereador Jorge Federal assumiu a presidência e declarou aberta a Audiência Pública.** Inicialmente a Mesa foi composta pelas seguintes autoridades: Jorge Federal (Vereador e Presidente desta Casa), Graça Fonseca (Secretária desta audiência e Vereadora da Casa), Fabiano Melo (Diretor de Planejamento da Prefeitura de Olinda), Ana Laura Tenório (Secretária de Planejamento e Gestão Estratégica) e Luciene (representante do Fórum Municipal de Educação Infantil em Olinda). Constatada a presença dos vereadores Severino Barbosa – Biaí, Professor Marcelo, Edmilson Fernandes, Márcio Barbosa, Ricardo Sousa, Jesuíno Araújo, Algério e Irmão Biá.

PRESIDENTE (JORGE FEDERAL): “Essa audiência pública foi convocada pela Mesa Diretora e aprovada por todos os vereadores presentes. Ela tem o objetivo de dar oportunidade ao Município de esclarecer a proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2020, e os vereadores poderem também fazer os questionamentos necessários para que a gente possa fazer as possíveis emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2020.” O Presidente concedeu a palavra ao Diretor de Planejamento da Prefeitura de Olinda, Fabiano Melo. **FABIANO MELO (DIRETOR DE PLANEJAMENTO):** “A Lei de Diretrizes Orçamentárias é uma legislação ordinária de iniciativa do Poder Executivo e esse documento serve para estruturar como é que deve ser feita a Lei Orçamentária para o exercício de 2020. A LDO define quais são as diretrizes, estratégias que o Poder Público deve definir para que se contenha na Lei Orçamentária Anual. Trata também sobre como deve ser feita a alteração na legislação tributária, define quais são as metas de governo e prioridades para o exercício. Define também quais são as metas de arrecadação do Município para o exercício. Então, todos esses assuntos são tratados e devem ser observados durante o processo de elaboração da Lei Orçamentária. Fico aguardando algum questionamento que surgir para a gente esclarecer.” **PRESIDENTE (JORGE FEDERAL):** “Existem algumas pontuações que nós colhemos com relação à arrecadação e é importante que os técnicos esclareçam essa postulação do orçamento que está se apresentando na LDO, pelo menos o que nós verificamos aqui. Se existe alguma outra situação que não seja a que nós vislumbramos, que seja explicada, mas o que foi visto aqui foi que no ano de 2019 a estimativa de 2019 (751 milhões de reais), só que o Governo mandou uma reestimativa de 653 milhões de reais para 2019. Então, nós fizemos uma verificação aqui para a LDO de 2020, que o Governo Municipal mandou para a Casa, de 896 milhões de reais, que é uma superestimativa, em detrimento da estimativa de 2019. Em 2019, a arrecadação média mensal está de 51 milhões, nós temos os gráficos aqui que fizemos. E, com esse patamar de 896 milhões, fizemos uma conta de padaria, nós podemos dizer que 896 milhões dividido por 12 seria de 74 milhões, então teríamos um acréscimo de praticamente 24 milhões a mais, isso gera quase 50% de acréscimo na receita para 2020. Primeiro, perguntei se vocês tinham trazido algum gráfico de estimativa com relação a isso, quais são as rubricas que realmente vão contribuir com esse acréscimo de receita, para uma estimativa dessa natureza? E a outra pergunta que também observamos nos anexos é qual a quantidade de perspectiva de execução de obras e serviços? Se todas essas estruturas a serem feitas estão nos anexos aqui, se esse dinheiro já está em caixa, sobre convênio ou qualquer uma outra dotação ou se é uma perspectiva na arrecadação ou uma perspectiva de convênios ou emendas parlamentares. Isso aí é necessário que a gente possa responder para que a gente tenha a capacidade de enxergar justamente essa capacidade orçamentária que está sendo demonstrada nesse momento, com uma receita maior do que o ano 2019 numa situação próximo dos 50% de acréscimo. Então, precisamos entender esses números, até porque esses números são os que vão carrear a nossa Lei Orçamentária, bem como também a distribuição nas diversas rubricas respondendo a Lei de Responsabilidade Fiscal. Uma das rubricas, que é a de pessoal, que é uma rubrica que chega em torno de 54% de possibilidade e de um montante desse a gente poder trabalhar com o limite de pessoal, dentro de um ano eleitoral (2020). nós precisamos ter a certeza dessa arrecadação até 31 de dezembro

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

pós-eleitoral, fazer um reenquadramento e a gente trabalhar 2/3 do ano com uma receita e o final ser modificado em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal. Isso é uma preocupação deste vereador Presidente, porque só um sonho mesmo a gente mudar de 650 milhões para 896 milhões e nós queremos que esse sonho realmente aconteça. E quando foi feita a estimativa da LDO passada, aqui houve um questionamento que nós tínhamos uma receita, em 2018, próxima de 600 milhões e foi estimada em 750 milhões, e houve uma reestimativa voltando para 650 milhões. Então, essa perspectiva de estimativa é positiva no campo da esperança, da subjetividade, mas a gente precisa justamente mostrar que temos um ano eleitoral (2020) e não podemos, de forma nenhuma, fazer uma superestimativa além até da que foi feita em 2018 para 2019. Então, isso aí é um questionamento meu, é uma questão individual minha com relação à receita e à estimativa, e com relação às obras que estão postas nos anexos se estão garantidos esses recursos, se são expectativas ou se, dentro dessa expectativa de melhora da receita, essa rubrica dessas obras serão garantidas nas diversas Secretarias. Os outros artigos da LDO são praticamente os artigos das LDO anteriores, mas o que mais contribui para os questionamentos é esse da estimativa, justamente uma estimativa muito além do que a gente vem tendo nos anos anteriores. Vocês vejam que, pelo nossos quadros aqui, nós temos as perspectivas de estimativas do ano de 2012 até hoje. 2012: 390 milhões, baixamos em 2013 para 219 milhões (isso até o meio do ano). 2014: 523 milhões. 2015: 559 milhões. 2016: 464 milhões. 2017: 519 milhões. 2018: 573 milhões. 2019: 650 milhões. Só que a gente até o presente período, até o mês de junho, nós arrecadamos somente 350 milhões dos 650, então precisamos arrecadar mais 300 milhões até o final do ano. Então, é essa preocupação, senhores técnicos da Fazenda, que eu tenho para apresentar.” O Presidente Jorge Federal concedeu a palavra ao vereador Severino Barbosa Biai. Biai questionou sobre a perspectiva de aumento na arrecadação envolvendo o Shopping Patteo. **PRESIDENTE (JORGE FEDERAL):** “Nos anexos eu não verifiquei se foi contemplado um orçamento necessário a resolver as obras de encostas, a previsão de obras nesse sentido, se a Defesa Civil mandou para a Prefeitura o levantamento de necessidade de obras com relação às encostas dos nossos morros e também tratar dos alagamentos das vias que possam ser vítimas do período chuvoso.” O Presidente Jorge Federal concedeu a palavra ao vereador Ricardo Sousa. Ricardo questionou sobre as obras da UPA de Rio Doce, os recursos orçamentários para a Maternidade Brites de Albuquerque e para a efetiva requalificação da Avenida Presidente Kennedy. . **PRESIDENTE (JORGE FEDERAL):** “Com relação às encostas, tem cerca de 20 milhões orçados para a execução de obras e contenção de encostas em 48 áreas de alto risco no município de Olinda. Essas obras que estão previstas têm garantia desses recursos ou são apenas previsão de desejo de arrecadação ou já tem convênio nesse sentido? É justamente complementando a pergunta anterior.” **FABIANO MELO (DIRETOR DE PLANEJAMENTO):** “Vou começar pelas indagações do Presidente Jorge Federal. O orçamento de 2019 houve uma previsão de arrecadação de 751 milhões de reais, incluindo todos os recursos que um ente poderia arrecadar. Que recursos são esses? A receita própria municipal composta pela receita tributária, as receitas referentes às transferências constitucionais (ICMS, IPVA, recursos do SUS, do Fundo Nacional da Assistência Social) e os recursos relativos a convênios. Esses convênios são firmados mediante emendas parlamentares tanto da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, como do Governo do Estado, então os deputados estaduais, federais e senadores, durante a elaboração do orçamento da União e do Estado, eles propõem emendas para que esses entes firmem convênios com os municípios. Então, boa parte do recurso dentro do orçamento de 2019, que era 751 milhões, aproximadamente 100 milhões de reais eram referentes a esses possíveis firmamentos de convênios. Por isso que, se observarmos a arrecadação no primeiro semestre, houve uma arrecadação praticamente de recursos próprios do Município e alguns convênios já firmados. Por isso que o orçamento, em vez de arrecadar 751 milhões, talvez seja 651 milhões ou próximo a isso, com base na reestimativa que compõe a LDO de 2020. Então, por isso que há essa diferença entre o orçamento estimado de 2019 e a efetiva arrecadação. Para o orçamento de 2020, nós estamos prevendo aqui já na LDO uma possível arrecadação, um volume maior de arrecadação de convênio. A gente está inovando aqui na LDO de 2020, fazendo parte dessa lei o Demonstrativos de Obras e Projetos, em execução ou que por ventura surjam. Lá no último material que compõe o projeto

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

isso que há esse incremento na arrecadação das receitas na LDO para 2020 de 896 milhões. Todo esse incremento é uma previsibilidade de firmamento de convênios. E já prevendo uma possível dificuldade do Governo conseguir firmar esses convênios, tem na LDO um demonstrativo chamado de Anexo de Riscos Fiscais, nesse anexo, o ente deve informar possíveis causas que podem acontecer para o Município para impactar tanto na arrecadação da receita, como nos gastos, de forma efetiva. Então, a gente previu aqui que caso haja uma frustração na arrecadação ou no firmamento desses convênios, o Município tem como providência fazer a limitação de empenho, ele praticamente bloqueia essa dotação. Então, o Município jamais vai utilizar um recurso sem ter o lastro financeiro para garantir esse pagamento.” **PRESIDENTE (JORGE FEDERAL)**: “Só para complementar essa pergunta, existe algum convênio que vai ser sob empréstimo ou é convênio com Governo Federal ou Estadual, sem haver despesa para o Município? Tem convênio que é uma previsão de pegar um empréstimo para gastar com alguma obra?” **FABIANO MELO (DIRETOR DE PLANEJAMENTO)**: “Vou responder a questão sobre a Avenida Presidente Kennedy. O Poder Executivo está querendo propor medidas para requalificar aquela avenida. Então, em 2019, a gestão do Professor Lupércio já vai iniciar obras naquela avenida. Para isso, ela vai começar a utilizar recursos próprios, recursos do Tesouro, e aí a gente está prevendo para que, em 2020, se realize uma operação de crédito, isso é um empréstimo que a Prefeitura faz junto a um banco oficial de fomento ou à Caixa Econômica Federal, ao Banco do Brasil ou ao Banco Nacional do Desenvolvimento Social para poder incrementar mais recursos naquela avenida e fazer um bom trabalho. A gente tem aqui no orçamento para 2020 uma previsão de firmar essa operação de crédito de aproximadamente 20 milhões. Então, os convênios que são realizados com o Governo Federal, com o Governo do Estado, eles não exigem que o Município realize alguma operação de crédito específica, ele às vezes exige que a Prefeitura faça uma contrapartida, geralmente de 10% do valor da obra. Então, desse incremento de 896 milhões de reais que está para ser o orçamento de 2020 em comparação com o orçamento de 2019, isso é relativo tanto a esses convênios que o Município buscará firmar com os Governos com obras que serão executadas quanto a essa operação de crédito que será feita para realizar ações na Presidente Kennedy.” **PRESIDENTE (JORGE FEDERAL)**: “Mais uma vez, essa obra da Presidente Kennedy vai ser feita com recursos próprios, com recursos do Governo Federal ou Estadual, que aí seria 90% do Governo Estadual ou Federal e 10% da Prefeitura, ou a Prefeitura tem algum objetivo de pegar algum empréstimo para que o FPM da gente pague esse empréstimo?” **FABIANO MELO (DIRETOR DE PLANEJAMENTO)**: “Existem essas três possibilidades. Inicialmente, a Prefeitura vai iniciar o serviço com recurso próprio, vai haver essa operação de crédito e também vai haver negociação com o Governo do Estado para que firme uma parcela desses convênios para concluir essa obra. A Avenida Presidente Kennedy liga o município a outros municípios e até à própria rodovia PE-15, que é uma rodovia de competência estadual, então deve haver parceria com o Governo do Estado para poder incrementar esse recurso todo que vai ser aplicado para essa obra de requalificação.” O Presidente concedeu a palavra ao vereador Severino Barbosa Biai. Biai destacou a impossibilidade do Poder Executivo de bancar tal obra de requalificação com recursos próprios e a necessidade da busca de recursos financeiros através de negociações envolvendo juros baixos com bancos de fomento. **PRESIDENTE (JORGE FEDERAL)**: “Vereador Severino Barbosa Biai, como a pergunta foi eu quem fiz com relação a esse tipo de convênio, ele não deixa de ser recurso próprio, e ainda é pior ainda porque ele vem acompanhado dos juros, porque a Caixa Econômica tem como garantia o FPM, que todo mês entra na conta, antes de entrar na conta da Prefeitura, já vai aquela cota para o pagamento acrescido do juros. Sabemos que são juros menores, mas não deixa de ser recurso próprio porque vai retirar do município a capacidade daquela parcela de ser investida numa escola, na Saúde ou na própria infraestrutura que seria necessidade da via. Eu só vejo que a superestimativa do orçamento de mais de 150 milhões em convênios é a garantia que nós temos de não superestimar a rubrica da folha de pessoal. Não podemos de forma nenhuma superestimar uma receita de convênio, sei que para ela fazer parte da Receita Corrente Líquida, ela precisa ser executada, ela faz parte do orçamento, mas não da Receita Corrente Líquida, mas no caso desse que existe uma operação de crédito, ela influi sim na Receita Corrente Líquida. O FPM não participa da

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

FABIANO MELO (DIRETOR DE PLANEJAMENTO): “A Lei de Responsabilidade Fiscal determina, assim como o Presidente Jorge Federal anunciou, que os Municípios do Brasil gastem, no máximo, 54% da Receita Corrente Líquida. Então, todos os recursos que são arrecadados que são classificados como Receitas de Capital não integram a base de cálculo. Então, esses recursos de convênio, eles são classificados como Transferências de Capital. Quando o Município vai realizar o empréstimo, são duas parcelas esse empréstimo, a amortização do empréstimo e os juros. Então, o custo efetivo que sai dos cofres públicos é em relação a esses juros, que é o custo, que é reduzido, como você bem falou. Na verdade, qualquer recurso que seja aplicado em obras ou em recuperação, compra de equipamentos, isso é um investimento para o Município. Então, o Município considera a Avenida Presidente Kennedy um corredor de transporte muito importante para a cidade e para o Estado e para a própria sociedade, então ele tem que aplicar medidas para que reduza o problema que essa via pode estar trazendo para a população. Então, quando ele aplica recursos nesse sentido, classificado como obras, isso é tratado como investimento, é um recurso que ele vai arrecadar do FPM ou do IPTU ou do ISS e aplicar em proveito da sociedade, isso é classificado como um investimento. Então, se o Município vai realizar essa captação de recurso através de um banco público, ele tem que pagar uma parcela disso a título de custo, que seriam os juros. Mas geralmente todos os órgãos públicos do Brasil, Governo do Estado, Federal, Municípios, eles realizam operações de crédito quando eles não detêm, naquele momento, o recurso suficiente para realizar uma obra como um investimento e para mitigar um problema que está causando para a sociedade. Então, isso é comum de acontecer, só que Olinda vem há muitos anos, salvo engano a última operação de crédito realizada foi em 2006, acredito que com o Banco do Brasil. Então, Olinda está necessitando nesse momento de realizar obras na Presidente Kennedy, vai iniciar o projeto custeando com recursos próprios do Município e incrementar isso tanto com recursos da operação de crédito, que também é um recurso próprio, como firmamento de convênios com o Governo Federal e Estadual, até Governo Federal também pode entrar em parceria para poder realizar ações na Presidente Kennedy.” O Presidente concedeu a palavra ao vereador Ricardo Sousa. Ricardo criticou a ideia da Prefeitura da realização de empréstimo para a execução de uma obra. Ele sugeriu uma redução na folha de pessoal em 10% para garantir o recurso de 20 milhões de reais no final de um ano. Lembrou que o Prefeito Lupércio prometeu na sua campanha reduzir 300 cargos comissionados. Revelou o desejo da sociedade de receber: a UPA de Rio Doce, a Maternidade Brites de Albuquerque, o Canal do Frágoso e a Avenida Presidente Kennedy requalificada. Questionou qual seria hoje a prioridade da gestão de Olinda: cabine de inúmeros serviços ou realizar serviços para a população? O Presidente concedeu a palavra ao vereador Algério a Nossa Voz. Algério lembrou que, um tempo atrás, havia a possibilidade da Secretaria da Fazenda receber 37 milhões de reais de realizar uma reforma, imaginando que hoje não haveria condições de Olinda poder receber os 20 milhões do empréstimo para a Avenida Presidente Kennedy. Destacou a redução da arrecadação de recursos provenientes de serviços realizados nesta mesma avenida. **FABIANO MELO (DIRETOR DE PLANEJAMENTO):** “Vou responder à pergunta do vereador Biai. Todo centro comercial gera um volume positivo na economia tanto do Município como do Estado, porque há muitas vendas de mercadorias e dentro delas está inserido o tributo ICMS. Quando um shopping é estabelecido num Município, inicialmente não há grandes incrementos na economia porque esse centro comercial costuma gerar um volume de arrecadação maior após 2 a 3 anos. Por exemplo, o Shopping Tacaruna conseguia concentrar os consumidores de Paulista, Abreu e Lima, uma parcela pequena de Igarapé e Olinda. Então, quando o Shopping Patteo foi inaugurado, pessoas que compravam no Shopping Tacaruna passam a comprar no Shopping Patteo, mas isso não ocorre de um dia para o outro nem mesmo do ano para o outro, ainda demora, apesar de haver um certo incremento no ICMS, e aí os Municípios recebem parte desse recurso, faz parte das transferências constitucionais. Então, a receita que a gente está prevendo para o orçamento de 2020, já está prevendo esse possível incremento. Uma coisa positiva que acontece na cidade para a própria cidade é quando há instalação de prestadores de serviços. No caso, quando o shopping tem, além das lojas comerciais, eles têm muitos prestadores de serviços, aí sim, o incremento na arrecadação é visto de forma direta porque os prestadores de serviço pagam o ISS. Aí bem falado

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

com dificuldade de fazer intervenções positivas lá, vai diminuindo o volume dos comércios e lá boa parte do seu comércio é voltado para a prestação de serviços, inclusive o automotivo. O centro comercial Centro da Moda, apesar de também realizar a venda de produtos, em sua maior parte tinha a prestação de serviços que era acumulada pelo Governo do Estado, realizando todo aquele serviço. Então, mesmo sendo transferido para o Shopping Patteo, o Centro da Moda fica com dificuldade de também continuar garantido essa arrecadação de receitas que seja direcionada para o Município. aí é outro ponto positivo para que sejam feitas ações de intervenção naquela avenida muito importante para a cidade." O Presidente concedeu a palavra à vereadora Graça Fonseca. Graça concordou com a fala do vereador Algério, porém retificou que não foi chamada para nenhuma reunião referente a algum tipo de pressão naquela época. Graça afirmou que vê com bons olhos a realização de empréstimos para as obras na Avenida Presidente Kennedy, considerando-as como demandas urgentes da população.

PRESIDENTE (JORGE FEDERAL): "Vereador Algério e Vereadora Graça Fonseca, eu concordo em parte com Vossas Excelências, mas queria fazer um comparativo. Fazer um empréstimo para a Avenida Presidente Kennedy, para pagar com FPM, com dinheiro dos munícipes, que o FPM faz parte da Receita Corrente Líquida, o Governo está disposto a pegar esse empréstimo de 20 milhões. Agora o Governo hora nenhuma teve a disposição de pegar 1 milhão para abrir a UPA de Rio Doce, que está fechada faltando 1 milhão de reais. Também não teve coragem nem disposição de pegar o empréstimo para terminar a Maternidade Brites de Albuquerque. Não nasce nenhum filho de Olinda de parto de alto risco aqui dentro. Vereador Ricardo Sousa, Vossa Excelência que é da área de Saúde, eu não sou, mas já fiz visita naquele Pronto Socorro que não deveria ser chamado de Pronto Socorro. Na verdade, ele não está pronto para socorrer as pessoas. Ali é um arremedo. Nós temos o Tricentenário, que é conveniado com a Prefeitura, é outro arremedo, com todo respeito que tenho a doutor Gil que faz todo um esforço para atender os munícipes com a verba de 200 mil reais por mês. O Governo Municipal de Olinda não colocou aqui um hospital geral dentro do Município de Olinda, que tem 400 mil habitantes e já poderia comportar um hospital geral para atender a tudo e a todos. A outra observação que faço e queria que os senhores refletissem. Com 20 milhões, resolveria tudo isso aí que estou falando e ainda tem mais, os senhores não sabem, mas está acontecendo nesse momento a desativação do CTO (Centro de Tratamento Terapêutico de Olinda) por parte da Prefeitura. A diária de um doente mental, de uma pessoa que tem as suas dificuldades mentais, que nenhum familiar aguenta dentro de casa, é 149 reais, está sendo paga há mais de 10 anos ali onde fica a Joaquim Nabuco. A Prefeitura convocou o diretor do hospital, que é uma entidade privada, vereadora Graça Fonseca, para reduzir 70% do valor (de 149 para 49 reais) a diária com alimentação, com médico, com estadia, tudo. Sabe o que a Prefeitura está querendo que as famílias façam? Assumam seus doentes mentais. Então, isso é verdade, está acontecendo, se quiserem fazer investigação, podem fazer, eu estou sabendo porque chegou a mim essa informação. Esse empréstimo de 20 milhões que poderia ser economizado, feito o vereador Ricardo Sousa disse, vereadora Graça Fonseca, nós temos uma folha de pagamento, chegamos a 58% no final de 2017 e início de 2018 de comprometimento com a folha de pessoal da Prefeitura e reduziu-se agora para 52, 53 e vai para 54%. Tenho certeza que vai estourar no ano que vem. Mas eu não vejo essa preocupação, gente, de pegar 1 milhão de reais, vereador Biai está aí, vai fazer 3 anos que ele luta por 1 milhão de reais para a UPA de Rio Doce. Está lá o mato subindo com mais de 1 metro de altura. Eu acho que a Presidente Kennedy é importante, é interessante, é necessária, mas com recursos carreados através, por que é que o IPVA não se faz uma vinculação do pagamento? 24 milhões de IPVA, imposto sobre utilização da via. A arrecadação das multas do Município, por que não vincula para pagar a obra? Gente, a gente está numa cidade em que é mais fácil chegar e pegar o empréstimo lá e deixar para os outros gestores, pegar 20 milhões, paga a primeira parcela e o FPM fica pagando ali. Quem fica pagando é a gente mesmo, porque é o FPM. Eu duvido a Caixa Econômica emprestar se a garantia não for pelo FPM. Eu duvido. Eu faço uma aposta com os senhores aqui: se a Caixa Econômica aceitar outra nota de crédito que não seja o FPM, eu entrego o meu mandato. A Caixa Econômica está querendo emprestar porque ela vai ganhar, ela não está fazendo nenhuma gracinha não, ela vai pegar, vamos dizer que sejam 60 vezes, vai pegar os juros, aplicar a partir da primeira parcela em cima do montante

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

Sabe de quem esse fôlego vai ser? Do dinheiro da UPA. Vai tirar mais de 1 milhão de UPA todo mês. Vai tirar da Brites de Albuquerque todo mês. Vai tirar do Pronto Socorro. Vai tirar de um hospital para doentes mentais. Vai tirar da verba da educação para melhorar a merenda escolar e da qualificação dos professores. Vai tirar dos médicos. Esse requadrção que foi feita nos decretos, de fazer convocação de contrato de médico, vai se contratar e os médicos vão embora. Há muito tempo vem ocorrendo isso. Abre um concurso público para pagar 15 mil ao médico para ver se ele vai embora. É 7500 o concursado. Aí o contratado pode ganhar 10.000, passa 1 ano, 2 anos e vai embora. Gente, eu acho que a gente não é idiota, jogar 20 milhões na Presidente Kennedy é uma obra eleitoreira. Por que não fez no primeiro dia que assumiu? Que disse que ia passar com um trator e dividir em 48 vezes, porque quem pagava era ele todinho. Está desesperado porque está fazendo muita besteira, vai perder a eleição, aí quer pegar 20 milhões, pegar na Presidente Kennedy para fazer propaganda eleitoral, essa é a verdade. Colocou na LDO um bocado de obras que nunca tinha colocado. Estão obras aqui desde o início que a gente entrou aqui, todas essas obras desde o início estão aqui elencadas. Quantos morros foram feitos aí, quantos paredões foram feitos? Nenhum. A Brites de Albuquerque está fechada desde 2012, do primeiro fechamento do PC do B, não abriu mais, nem vai abrir. Aí vem agora querer pegar 20 milhões emprestados à Caixa Econômica, que não faz graça para ninguém. A Caixa Econômica vai comer o dinheiro do município. Eu acho que a gente tem que ter responsabilidade. Esse empréstimo não passa pela minha digital porque ele não está no tempo de se pegar, vereador Algério. Se ele tivesse no primeiro ano de mandato, eu batia palmas para o camarada porque ele ia ter que executar a obra. Agora o cara faz isso, em abril ele não pode nem mais assinar ordem de serviço, vai ficar o povo tomando conta dos 20 milhões e a gente pagando a conta, é isso que vai acontecer. Doutora Graça, desculpe a minha fala, independente de qualquer posição, eu sempre tive essa coragem de falar aqui e explicar por que. Faz 4 anos que o vereador Biaí vem pedindo 1 milhão de reais. O vereador Ricardo Sousa aprovou na LDO do ano passado esse 1 milhão de reais e não disponibilizaram, o que é 1 milhão para a Prefeitura de Olinda? É nada. Botou aqui 1 milhão e 200 mil para uma obra. Campo de Rio Doce já se gastou uns 12 milhões, vão gastar agora 2 milhões e pouco para botar o refletor. Gente, o que é mais importante, o Campo de Rio Doce ou é a UPA ou a Maternidade? Botou 6 creches aqui. Eu acho que deveria ter 100 creches, agora qual foi o critério dessas creches? Foi por RPA, ação política, necessidade? Porque eu não vi nenhuma aqui nessa área da 117. Eu acho que é importante a gente discutir, eu respeito a opinião de todos vocês aqui, mas eu não posso ficar calado diante de uma situação dessa natureza. Essa Casa aqui pode até autorizar, porque a maioria do Plenário é soberana, mas mais uma vez, se for para fazer empréstimo para gastar com obra que vem há muito tempo tendo o mesmo problema não é momento. O momento teria sido em 2017, aí tudo bem. Em 2017, a secretária de Obras veio aqui, vereador Biaí, Vossa Excelência estava aqui na sessão, ela disse que ia destravar todos os convênios. Estava indo para Brasília, ela disse que era um absurdo o que o PC do B deixou, deixou todas as obras paradas, o Município não tinha 1 centavo, parece que eram 126 milhões, se não me engano. Tinha 1 bilhão de obras paradas e ela botou no orçamento 126 milhões e esse dinheiro não foi liberado, sabe por quê? O cofre lá do Governo Federal não vai liberar para nada não, ele só vai liberar dinheiro do FPM porque já é uma conta pré-estabelecida. Vamos pensar, botam o orçamento de 859 milhões, quando chegar em setembro: 'Não conseguimos arrecadar, vamos fazer uma reestimativa'. Por quê? Porque os convênios não foram confirmados. Os 150 milhões que estão aí não vão ser confirmados, gente. Todo mundo sabe que não vai ser confirmado, não tem dinheiro para nada, o país foi entregue quebrado. O Município é que tem que economizar com a folha de pessoal. Está se gastando 17 milhões com folha de pessoal. Não podemos mexer com os efetivos? Não, mas os comissionados podem sim. Vai lá e tira os comissionados, mas os comissionados vão ser necessários para o ano para fazer campanha política. Então, aí o camarada não vai mexer, aí vai mexer no bolso do município, que vai pagar juros e o empréstimo. Eu não sou a favor de uma situação dessa." O Presidente concedeu a palavra ao vereador Severino Barbosa – Biaí. O vereador Biaí afirmou que há uma necessidade imperiosa do Executivo de realizar alguma ação na Avenida Presidente Kennedy e que, portanto, é favorável à realização do empréstimo. O Presidente concedeu a palavra ao vereador Jesuíno Araújo. O vereador Jesuíno afirmou

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

poderia deixar passar essa oportunidade, junto ao Governo Federal, de requalificar a Avenida Presidente Kennedy. O Presidente concedeu a palavra ao vereador Ricardo Sousa. O vereador Ricardo Sousa disse que todos acham necessária a obra da Avenida Presidente Kennedy e o que está sendo discutido é quais são os recursos serão utilizados. **PRESIDENTE (JORGE FEDERAL)**: “*Vamos fazer uma enquete. Já que é para pegar empréstimo, vamos pegar empréstimos para resolver todos os problemas de Olinda. Vamos pegar um empréstimo para pagar um auxílio-moradia melhor para as pessoas, que é de 130 reais. Ontem mesmo foi interditado o bloco 66 da quadra D de Rio Doce, 24 famílias estão na rua hoje. Vamos fazer empréstimo lá para esse pessoal com a moradia. Vamos fazer empréstimo, vereador Ricardo Sousa, para terminar o Canal do Frágoso, até a ponte de Rio Doce. Se é para fazer empréstimo, vamos fazer empréstimo. Não está com a capacidade de fazer empréstimo? Bote aí uma lei aí com todos os problemas de Olinda para resolver. Isso aí a gente está sabendo que é propaganda. A cidade está acabada. Você chega na praia do Carmo ali, cadê a requalificação da beira-mar? Vá lá, botar um banheiro ali, vamos pegar um empréstimo e fazer um banheiro só e botar na orla marítima para as mulheres que vão à praia utilizar, para os homens, para as necessitadas. Vamos lá, pessoal, levanta a cabeça, pessoal, estou falando sério. A gente está com a beira-mar daquele jeito ali, fizeram o projeto para 10 banheiros e ninguém consegue usar 1. Desculpe, Ricardo Sousa, eu entendi o que Vossa Excelência disse, o problema não é a obra, o problema é o empréstimo para aquela obra, com tantas necessidades outras. E outra coisa, 7 anos atrás, se gastaram 11 milhões ali do Prometrópole e vamos gastar mais 20 agora. Dava para fazer uma obra em toda Olinda, dava para fazer feito uma Dubai.” O vereador Ricardo Sousa disse que a Prefeitura precisa aumentar a capacidade de captação de emenda parlamentar, já que a despesa com pessoal é uma questão política. Lembrou que o Prefeito prometeu, em sua campanha, reduzir para menos de 500 cargos comissionados. **PRESIDENTE (JORGE FEDERAL)**: “*Vereador Ricardo Sousa, vou complementar: sabe quem é que sugeriu essa obra? A pesquisa que foi feita de intenção de voto daquela área da Centésima ali. A pesquisa que todo mês estão fazendo ali disse: ‘Tu aqui não vai ter voto nenhum’. Tem que mudar a questão da pesquisa, aqui não tem idiota não, gente. A pesquisa de Rio Doce está boa porque ele mora lá, tem os apadrinhados lá, a UPA não vai sair nunca lá. A verdade é essa, vereador Ricardo Sousa. Aqui tem o planejamento da Praça da Cidadania da Saúde lá no Alto da Bondade, é a pesquisa. Essas escolas requalificadas é tudinho lá, vai ser uma maravilha aqui no papel. Deixa passar o mês de outubro. É a pesquisa, ninguém aqui é idiota não.” O vereador Ricardo Sousa disse que queria ser o idiota para não acreditar que isso seja a pesquisa. Ele questionou se a gestão conseguiria pagar esse empréstimo até 31 de dezembro de 2020, afirmando que não seria justo deixar essa dívida para o próximo Prefeito. Afirmou também que era necessário a solicitação do impacto financeiro e a opinião da população sobre o empréstimo. Questionou quais as reais prioridades de obras para o Município. O vereador Jesuíno Araújo criticou a ineficiência da chegada de recursos através de emendas parlamentares, pedindo aos vereadores que cobrem os deputados federais e estaduais que apoiaram. Lembrou que o deputado federal Daniel Coelho enviou 1 milhão e 600 mil de emendas e está prometendo mais 3 milhões para o mês de novembro. **PRESIDENTE (JORGE FEDERAL)**: “*Tivemos uma notícia essa semana de o secretário do Professor Lupércio indo para Brasília buscar emenda para Paulista. Bonito isso, né? Então é porque Olinda não está precisando, quem está precisando é Paulista.” O Presidente concedeu a palavra ao vereador Márcio Barbosa. Márcio destacou a urgência das obras na Avenida Presidente Kennedy. O Presidente concedeu a palavra ao vereador Edmilson Fernandes. Edmilson falou que era preciso aproveitar a chance que se tem de resolver os problemas da Avenida Presidente Kennedy. **PRESIDENTE (JORGE FEDERAL)**: “*Vereador Edmilson, eu não sei quem deu a informação a Vossa Excelência que só tem 5 Municípios que têm capacidade financeira. Mas geralmente quem quer emprestar dinheiro vai dizer que você tem capacidade, não vai emprestar a quem não tem capacidade. Então, a palavra de vendedor, então se o senhor passar pela frente da BMG, ele vai dizer que não precisa nem de deixar cheque, apresentar contracheque, nada. Quem quer emprestar quer dizer que o camarada é um bom pagador, mas aí é porque o FPM está ali, eu quero que tire o FPM, aí eu disse que entregava meu mandato. Quem é que vai dizer que você é bom pagador se não for pelo FPM.” O Presidente concedeu a palavra à vereadora****

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

Kennedy. **PRESIDENTE (JORGE FEDERAL)**: “Vereadora Denise, esse empréstimo está contido dentro da obra do LDO, a gente não está fugindo do assunto. A gente talvez esteja batendo no calo da LDO, que foi colocada essa obra aqui nesses anexos para justamente querer esconder essa obra que está lá 16 milhões e sem dizer de onde vem. Na discussão do projeto de lei, talvez a gente não tenha as pessoas que estão aqui presentes para escutar a posição. A gente não está contra a Presidente Kennedy, a gente está contra a forma que se quer financiar. Vossa Excelência quando compra um carro de 40 mil reais financiado a um juros de 2% ao mês, no final Vossa Excelência vai pagar sabe quantos carros? A obra da Presidente Kennedy faz parte da LDO.” O Presidente concedeu a palavra ao vereador Irmão Biá. Biá lembrou que no ano passado aprovou uma emenda na LOA no valor de 100 mil reais para requalificação e implantação de equipamentos públicos na Praça do Alto da Bondade, mas a emenda foi remanejada. Ele mostrou preocupação com o empréstimo, ressaltando que a dívida poderá subir para um total de 40 milhões de reais. Questionou o porquê de não se ter reduzido o número de cargos comissionados do Poder Executivo. O Presidente Jorge Federal concedeu a palavra à senhora Luciene, representante do Fórum Municipal de Educação Infantil de Olinda. Luciene questionou quais os critérios utilizados na escolha dos Centros Municipais de Educação Infantil. **PRESIDENTE (JORGE FEDERAL)**: “Parabéns pela sua fala, foi uma das questões que fiz, quais foram os critérios adotados, inclusive não passou por essa Casa essa discussão, vereadora Denise, Vossa Excelência que defende tanto essa parte educacional infantil, aqui não chegou em nenhum momento uma discussão nesse sentido. Aqui estou vendo Jardim Atlântico, a obra vai custar 1 milhão e 600 mil; Rio Doce 4ª Etapa, 3 milhões. É um CMEI, por que é que é o dobro do valor lá em Rio Doce, qual a característica superveniente de chegar ao dobro? As outras são tudo 2 milhões e 34 mil, são um padrão. Houve um padrão diferenciado em Rio Doce, é isso que a pessoa precisa saber, inclusive vocês da educação precisam saber qual é essa diferença grotesca de um valor de quase 100% numa unidade na 4ª Etapa. Vereador Ricardo Sousa, que é da área, precisa descobrir se realmente é um transformador essa nova creche.” O Presidente Jorge Federal concedeu a palavra às pessoas inscritas. O primeiro foi o secretário legislativo Júnior Lyra. Júnior criticou a ausência de um secretário nesta audiência pelo fato de que a discussão da LDO além de técnica é também uma discussão política. Lembrou que em 1996 a Maternidade Brites de Albuquerque iria ser o Hospital Geral de Olinda, o que não ocorreu. Disse que não vê com bons olhos os números que a LDO traz, destacando o aumento de 243 milhões na Receita comparada com a deste ano, bem como o crescimento irreal de 15800% nas Receitas de Capital para 2020, além da variação de 72,86% de Juros e Encargos da Dívida para 2020. Ele questionou se o Município de Olinda merece ser endividado neste momento eleitoral com o empréstimo para a Avenida Presidente Kennedy (mesmo destacando sua importância). Afirmou que a realidade atual do Município não permite ampliar a previsão orçamentária de uma forma tão aberta. Indagou o uso de 20 milhões e 600 mil reais em locação de mão de obra, quando não foi feito nenhum concurso público, além de ter havido um incremento de cargos comissionados. **PRESIDENTE (JORGE FEDERAL)**: “Agradecemos, amigo Júnior Lyra. Eu acho que o que precisa é os colegas que participam das audiências principalmente de uma lei como essa entrar mais a fundo no tema para não ficar defendendo o Governo aqui. O Governo chama vocês para uma reunião lá em cima no dia de sessão, sabe que ia se discutir LDO, aí conversa lá parece que o camarada sai de lá feito quem tomou um tranquilizante, acabou-se os problemas. Então, essa semana vem problema para dentro dessa Casa, vem aqui Movimento Sem Teto, vem Movimento da Educação, do Carnaval que não pagou boa parte ainda e muitas outras coisas aí. Eu só estou querendo abrir os olhos, que o ano de eleição é para o ano, o cara depois não venha reclamar o leite derramado, que a sociedade esqueceu de votar no camarada, a verdade é essa. Toda vez vem essas peruas antes do ano de eleição, para que os vereadores aqui entrem nessa de que vai resolver tudo no último ano de eleição. No último ano de eleição, vai ter dinheiro para tudo, eu tô vendo aqui que parece que vai ser resolvido tudo no último ano de eleição e não vai acontecer, os senhores sabem disso, mas eu acho que a gente tem obrigação aqui de pelo menos falar e tem o direito de falar, que a gente tem liberdade de falar, a gente tem um microfone aqui com o direito de falar.” O Presidente concedeu a palavra à senhora Rafaela Celestino, Vice-Presidente do Sinpmol.

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

manutenção, falta de água) e outras como a Escola Vereador José Mendes, que está precisando fazer rodízio de turma porque tem quatro salas interditadas. Indagou o porquê de investir em tecnologia, quando existem escolas sem nem ventilador. Criticou o fato de que o Plano Municipal de Educação dá ênfase especial apenas às metas de qualidade medidas pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Perguntou como é possível estabelecer uma educação de qualidade quando não se tem profissionais estatutários e lembrou que o último concurso público realizado na área foi em 2011.

PRESIDENTE (JORGE FEDERAL): *“Fui visitar uma das escolas-modelo com tempo integral, no bairro do Amaro Branco, a Coração de Jesus, ali não é modelo nem de escola, vereador Edmilson. Lá não tem rampa de acessibilidade para um cadeirante, as máquinas de ar-condicionado transforma numa caldeira a área comum dos alunos; as salas de aula são totalmente desconforme com a necessidade que poderia ser para uma escola integral; não tem uma sala para os alunos ficarem depois do almoço num local de conforto; a quadra não é coberta, é quente para valer; a cantina fica depois de uma escadaria que as crianças têm todo o perigo de cair; o banheiro não tem limpeza, que eu fui dentro do banheiro e não consegui entrar; e a sala de robótica, que disse que é uma sala de robótica, ali pode ter tudo, menos robô, tem uns computadores assim ao redor e o menino lá com a central de uma mesa lá, uma coisa muito precária, uma propaganda enganosa, agora eu queria que os senhores fossem ver para os senhores terem ciência do que eu estou dizendo. Lá em Ouro Preto, eu não sei qual é a escola que está dentro do Áurea, toda a escola foi fechada e todos os professores e alunos estão dentro do Áurea, as professoras se sentindo discriminadas, não podem utilizar a sala de professores no mesmo horário das outras que são titulares da escola. Eu não sei se essas demandas chegam para vocês também, porque chegam para mim. Agora, gente, o que a colega da educação falou é essa questão de tecnologia, eu acho que a gente tem que partir lá de baixo, de uma sala decente, de um professor com condições de trabalho, com os alunos com condições. Vocês sabiam que essa escola-modelo aí, que é tempo integral, vocês sabiam que essa escola-modelo aí, que é tempo integral, vocês sabiam que 2 turmas do 6º ano não receberam o livro de português e matemática? Vocês acham que é correto essas duas turmas não ter o direito de ter tido o livro? Foi lá no Amaro Branco, eu tenho a resposta da diretora, que eu fui lá, visitei e os alunos me disseram que não teve livro nem de português nem de matemática. Então, isso aí é um prejuízo grande para esses alunos, são 80 alunos, é a turma A e a turma B do 6º ano, estão sem livros e não vão receber e olhe, esse livro foi do programa de 2017, são 3 anos (2017, 2018, 2019), mas não tem o livro. Depois de 3 anos, não consegui conquistar esse livro para essas 2 turmas. Então, gente, quando a gente fala é porque eu acho que talvez eu esteja indo para um lugar ou alguns colegas estão indo para outros. É porque a gente está entrando na educação, ninguém falou da saúde. Se for para a saúde, a situação é totalmente diferente. Eu tenho uma informação da saúde hoje, vereador Jesuíno, Vossa Excelência que é antenado também, sabe o que estão fazendo com o pessoal de fisioterapia? Sabe não né? A pessoa que utiliza o SUS tem um problema, não vai para a clínica do Bairro Novo porque quer, é porque não tem condições de pagar. A pessoa teve 20 sessões, fez as 20 sessões. Quando o médico reavalia e vê que a pessoa tem necessidade de mais 20 sessões, sabe o que está ocorrendo? A pessoa mora perto do Bairro Novo, tem que ir lá para Águas Compridas para um outro local, de difícil acesso. Onde é essa outra clínica, Irmão Biá? Ladeira do Giz. A pessoa sai dos Bultrins para ir para a Ladeira do Giz, sem poder nem subir num ônibus, essa pessoa está com artrose e não está conseguindo pegar um ônibus, a família está tendo que levar de carro. Tem um local aqui, qual foi o critério que se colocou? Aí vem o outro na recepção, eu estou investigando, chegou na recepção e disse à pessoa: ‘Olhe, mas se você for lá falar na Prefeitura, pode ser que algum político lá ligue para cá e vai resolver esse problema’. A pessoa fazia a fisioterapia no Bairro Novo aí na segunda série mandaram a pessoa ir lá para Águas Compridas, isso é para dificultar para desencorajar a pessoa. Aí a pessoa: ‘Eu não posso ir, eu não consigo subir em ônibus, não tenho como pagar o carro’. Se a pessoa pudesse pagar o carro, pagava ali atrás do Extra, parece que é 25-30 reais a sessão, a pessoa não tem condições de pagar um Uber, um táxi e no ônibus a pessoa está machucada. Sabe o que foi que a pessoa da recepção disse? ‘Se você procurar um político lá da Prefeitura, ele pode resolver esse problema e você ficar aqui’. Isso é um absurdo, gente. Utilizar-se de uma pessoa estar com uma*

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

paciente enquanto ela tiver com a necessidade da fisioterapia, não tem que mandar para outra unidade não. A cobertura dela é lá, ela é dos Bultrins, ela tem direito ao Bairro Novo. Isso não é justo, gente. Fazer política com a desgraça dos outros. Eu vou ouvir essa pessoa, eu vou conversar com ela, eu quero que ela me dê os detalhes todos porque eu vou entrar com uma representação porque só assim esse pessoal se corrige. Não está acontecendo só lá não. Em posto de saúde, em outros lugares também. Tudo agora é: 'Procure um político, procure um vereador da base do Prefeito, não procure da oposição não'. É verdade, gente, não estou brincando não. Desculpe eu estar falando nesse sentido, porque tocou na escola que é modelo, que não é modelo, eu fui lá e quem quiser mostrar que não é modelo vá lá também, inclusive foi a primeira escola que estudei, sinto muito estar daquele jeito. Agora, não é culpa da diretora não, ela é muito competente, parece que o nome dela é Carina. Fui lá, eu não sei como é que ela aguenta ficar ali o dia todo porque é um local extremamente insalubre. Quem conhece sabe o que eu estou dizendo. Eugênia, por favor." O Presidente concedeu a palavra à senhora Eugênia. Ela lamentou o fato de que as diretrizes orçamentárias não serem discutidas com a maioria da população. Criticou não haver um maior planejamento quanto às políticas públicas de Olinda, afirmando existir um clientelismo histórico na cidade. Reclamou da falta de referências a temas importantes como Cultura e Economia Solidária. Questionou o elevado valor de investimento em praças (aproximadamente 8 milhões de reais) quando há falta de hospitais e maternidades. Perguntou quais são as prioridades para o Município. Criticou a LDO como sendo um "canteiro de obras" para o período eleitoral.

PRESIDENTE (JORGE FEDERAL): *"Eu queria comunicar que toda semana nós temos, no Portal da Câmara, as agendas da Câmara e, quando é aprovada qualquer audiência pública, ela é também colocada lá, então a gente vem mantendo esse tipo de prática, mas vamos colocar um carro de som também na próxima LOA, chamando a população. A Prefeitura está com a Revisão do PPA para quinta-feira às 9:30 da manhã, nós soubemos através de um ofício que foi colocado e eu até discordo que é no mesmo dia da sessão que os vereadores precisam estar aqui, eu não sei como é que vão fazer. Eu só peço aos vereadores que, se for faltar, saiba que a gente vai colocar falta porque a prioridade aqui é sessão ordinária e o Prefeito já foi avisado para não colocar audiência lá no Palácio quando tem sessão ordinária. Se ele está esquecido, nós inclusive conversamos com o secretário executivo. Audiência para Revisão do PPA e da LAO, foi lido hoje no expediente. A gente já conversou sobre isso, né Jesuíno. O líder do governo, numa audiência dessa, vai embora, o vice-líder não está presente, a gente está com uma dificuldade grande de ter interlocução com o governo. Tenho respeito por todos os colegas, mas acho que aqui a representação é do povo, não é do governo."* O Presidente concedeu a palavra à senhora Márcia Vieira, do financeiro do SINPMOL. Márcia lamentou a ausência de agentes políticos do Executivo nesta audiência. Questionou quais os critérios foram utilizados na definição dos recursos para cada creche. Defendeu uma maior discussão e participação da sociedade olindense em audiências que envolvam o orçamento do Município. O Presidente concedeu a palavra ao senhor Alexandre Santos. Alexandre afirmou que a Avenida Presidente Kennedy não é uma "obra eleitoreira" e sim uma obra social. Alegou que o vereador Jorge Federal se baseou em convicções próprias para querer diminuir a obra da Presidente Kennedy e defendeu o empréstimo a ser realizado pela Prefeitura. Ele fez críticas ao uso dos recursos públicos na Câmara Municipal de Olinda. **PRESIDENTE (JORGE FEDERAL):** *"Alexandre Santos, primeiro, o Portal da Transparência é transparente e verdadeiro. O senhor falou aí em 3400 reais de crachá, isso foi uma licitação para se colocar crachá em todos os funcionários da Casa, que quando assumi tinham 426 e hoje tem 200, 50 % cortado, o que a Prefeitura não teve coragem de fazer. Você diz que a gente gasta 7400 de aluguel de carro, com o motorista, o combustível, manutenção, o seguro e o IPVA, todos esses itens compõe a licitação, Vossa Excelência deveria olhar a licitação por um todo. E aqui não existe nenhuma compra de combustível e nenhuma locação de outro carro, aqui só tem 1 carro, que é para a administração. Eu poderia ter um carro inclusive de placa de bronze e não tenho. Eu uso o meu carro, com o meu combustível e o meu motorista que eu pago particularmente. O outro ponto que o senhor falou foi com relação ao buffet. O buffet era para atender a 10 eventos programados dentro do município de Olinda, como o Diploma Eliete Leite, que são 34 mulheres, podendo chegar a 51 porque cada vereador apresenta 3 e um evento daquele a gente hoje só*

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

refrigerante, está lá na licitação. Então, a licitação seria para 1 ano de atendimento de no máximo 100 pessoas por evento, que eu cancelei não foi por conta de imprensa, que não tinha nada de irregular, eu cancelei porque eu vi que o objetivo maior, que eu queria atender a demanda dos eventos dos vereadores, quando saiu a nota no Observatório de Olinda, eu não vi nenhum vereador se reportar ao assunto de forma a defender aquela tese, que era justamente atender às pessoas que visitam a Câmara. Você quando vem aqui come um biscoito, bolacha, toma uma água, um café, não é imoral. Com todo respeito à sua idade, à sua vontade de querer defender o Poder Executivo, que é um direito seu, que você é cargo de lá. Agora, o que eu queria dizer a você que você falou, aqui tudo é transparente toda licitação aqui é feita por pregão eletrônico e pregão presencial, aqui não existe nenhum exagero. Quando você falou da folha de pagamento de 1 milhão de reais de todo esse Poder corresponde apenas à 52%, quando poderia ser 70%. Quando você fala do Governo lá de cima, ele poderia gastar até 55% e ele gasta 54%. Talvez você não conheça da legislação totalmente, mas Vossa Excelência, estou tratando você como Vossa Excelência para que você entenda que aqui o assunto não é o que você quer divulgar. Com relação à candidatura à prefeito, hora nenhuma eu fui candidato e nunca falei, pode pegar qualquer registro. Agora, eu defender a lisura, a transparência, a coisa pública e defender as pessoas, quem me conhece nos meus 10 anos de mandato sabe que eu luto pelas defesas da cultura. Eu podia não estar aqui, poderia ter colocado outro vereador para ficar aqui, em todas as audiências eu estou presente aqui, na prestação de contas da saúde e da educação eu fiquei só porque a vereadora Graça Fonseca teve um problema, que ela sempre me acompanha, fiquei 8 horas de audiência com a educação e a saúde. Eu cumpro meu mister aqui nessa Casa. E essa Casa hoje é vista em qualquer local do país e do Estado como uma Casa transparente. Você está ali agora, antes você não estaria." O Presidente concedeu a palavra ao secretário legislativo Júnior Lyra. Júnior destacou os artigos 38 e 39 da LDO 2020 e explicou que o Poder Executivo terá 403 milhões de reais de liberdade para promover alterações orçamentárias através de Decretos. Respondeu que a solução para a Presidente Kennedy seria ter reduzido em 1/4 a cada ano do mandato a despesa com Locação de Mão de Obra (20 milhões). Sugeriu um recadastramento dos servidores do Município. Afirmou que um ato imoral é quando um assessor especial com cargo de 12 mil reais vai a Brasília para pedir recurso para Paulista e a esposa dele ser cargo comissionado na Prefeitura de Paulista. O Presidente concedeu a palavra à vereadora Graça Fonseca. Graça ressaltou a fala do secretário legislativo Júnior Lyra em relação aos artigos 38 e 39 da LDO (abertura de créditos adicionais suplementares). Lembrou que desde 2013 propõe emendas para reduzir o percentual dos créditos suplementares previsto na LDO. Lamentou que muitas vezes as questões políticas interferem no orçamento. O Presidente concedeu a palavra ao secretário legislativo Júnior Lyra. Júnior afirmou que, além da redução no número de cargos, o servidor da Câmara Municipal de Olinda faz o registro biométrico de sua presença, e destacou a evolução administrativa da Casa. O Presidente concedeu a palavra ao vereador Jesuíno Araújo. Jesuíno relatou que, quando tem a intenção de calçar determinada rua, solicita emendas ao deputado federal Daniel Coelho. Falou sobre as dificuldades da zona rural de Olinda e que sempre ajuda a população local, inclusive afirmou ter conseguido uma verba para possa se instalar um anexo do posto de saúde naquela área. **PRESIDENTE (JORGE FEDERAL):** "Dizer o quão eles estão preocupados em aprovar essa lei, vereador Jesuíno, de autorização de crédito agora. Veja por que: "Fica vedada a realização de operação de crédito por antecipação de receita no último ano de mandato nos termos da Lei Complementar 101 de 2000. Poderá constar da Lei Orçamentária a autorização para celebração de operação de crédito nos termos do parágrafo primeiro da Lei Complementar 101 de 2000. A autorização que contiver na Lei Orçamentária para a contratação de operação de crédito será destinada ao atendimento de despesa de capital, observando-se ainda os limites do endividamento e disposições estabelecidas em resolução do Senado." Então, quer dizer que essa lei, vai ter que ser por lei essa suposta operação de crédito para a Presidente Kennedy, estou colocando em cima aqui porque se ele não fizer esse ano, vereador Jesuíno, para o ano ele não pode fazer. A questão aqui não é nem da capacidade de executar a obra, é uma capacidade da necessidade legal do tempo. É porque as pessoas às vezes eu acho que defendem tanto o rei, que esquecem dos súditos. E os súditos é quem paga esses impostos, que nós aqui vamos autorizar a gastar

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

a gente tem que chegar ao limite sabe, vereador Jesuíno, eu sei que Vossa Excelência tem um pensamento progressivo, eu acho que a Presidente Kennedy é necessária. Júnior Lyra mostrou aí, 20 milhões de terceirização programado para 2020. Significa quase 20% da folha geral, é um valor muito alto. Então, isso vai ficar na mão discricionária do camarada querer contratar, quando contratar e quem contratar, inclusive os vereadores da base do governo, que acha que essa possibilidade dá uma garantia melhor do vereador fazer, no ano da eleição, uma política de atendimento à sociedade. Na verdade, ela reduz, vejam só, ela reduz a capacidade da sociedade ser atendida. Quem vai ser atendido é a posição política que o governo vai adotar, não é o que a sociedade quer não. A sociedade quer que seja contratado, através do ato discricionário do Prefeito, 20 milhões no ano de 2020? Será? Deixa esse projeto vir, eu acho que ele tem todo o direito de mandar qualquer projeto para cá, agora ele vai ser discutido, vou chamar a sociedade aqui para dentro, chamar professores, agentes de saúde, chamar os funcionários da Secretaria da Fazenda, chamar todo mundo. A gente tem que fazer um grande debate porque senão a população vai ser utilizada como massa de manobra na próxima eleição, com 20 milhões para você contratar quem você quiser e como quiser, além do que está aí né? Que já está também um volume grande de contrato.” O Presidente concedeu a palavra ao Diretor de Planejamento da Prefeitura de Olinda, Fabiano Melo. **FABIANO MELO (DIRETOR DE PLANEJAMENTO):** “Eu anotei aqui alguns apontamentos que foram feitos e vou tentar responder um a um. A senhora Luciene comentou que no demonstrativo de obras em execução e novos projetos, o porquê de terem sido colocadas essas 6 creches em determinados bairros? Esse demonstrativo é uma inovação que a gente propôs na LDO desse ano, para tentar discriminar o volume de recursos de convênio que a gente está colocando para a Lei Orçamentária do próximo ano, e a gente solicitou que cada secretaria informasse quais eram as obras em execução e novos projetos, quem teria condições com um detalhamento melhor para você sobre qual foi o critério utilizado seria o pessoal da própria Educação. Eu até compreendo que a gente deve melhorar e propor medidas de tornar essa comunicação melhor, de forma aperfeiçoada, isso eu acredito que não só é uma deficiência de Olinda como outros Municípios, inclusive o orçamento participativo poderia trazer essa comunicação, tornar mais rápida e mais fiel, ouvindo a população como um todo. Sobre o que foi pontuado pela senhora Rafaela, a Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelece as diretrizes, estratégias que o Governo deve seguir no momento de elaboração da Lei Orçamentária. Eu entendo que as diretrizes e bases da educação devem ser seguidas, mas as diretrizes estabelecidas aqui na LDO devem ser alinhadas com o plano de governo, com Plano Plurianual e o que deve acontecer na Lei Orçamentária. Vai se poder enxergar a mensuração dos gastos, do que vai ser gasto com determinada escola, posto de saúde, enfim, o gasto efetivo do recurso público é feito e previsto na Lei Orçamentária. Também houve participação das secretarias para elaborar esse Anexo de Prioridades e Metas da Administração, então a própria secretaria teve atenção com relação ao plano de governo, ao que foi discutido nos conselhos de educação, de saúde, para definir esses pontos como metas e prioridades. O que foi posto pelo senhor Júnior Lyra, no momento de elaboração do Anexo de Metas Fiscais, a gente atende à determinação do Manual de Demonstrativos Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional e esse manual determina que o ente público deve utilizar um índice econômico e a situação histórica de receitas e despesas para fazer essa projeção para os exercícios futuros, por isso que aqui quando a gente indicou alguns itens de arrecadação, que é Dívida Ativa, FPM, Transferências do SUS foi observado que, de ano a ano, a projeção seria de 6,5% porque a gente toma por base as informações que a Lei de Diretrizes Orçamentárias da União utiliza que é o índice de inflação projetado no primeiro semestre de 2019, ele faz essa estimativa para 2020, então o Governo Federal está prevendo um índice de inflação de aproximadamente 4 a 4,5% e o PIB Nacional que está em média 2,5%. Então, utilizando esses dois índices econômicos, dá aproximadamente 2,5 a 2,7 % de projeção que os entes públicos podem utilizar para estimar suas receitas e despesas no próximo exercício. Com relação à projeção da receita de 2020 ficar no montante de 896 milhões, faz parte desses 896 milhões aproximadamente 150 milhões de reais de convênio que a gente falou mais cedo, que é sobre esse possível pacto de firmação de convênio com o Governo do Estado, com o Governo Federal, e também faz parte desse mesmo volume de recursos o proveniente da operação de créditos (15 milhões para o

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

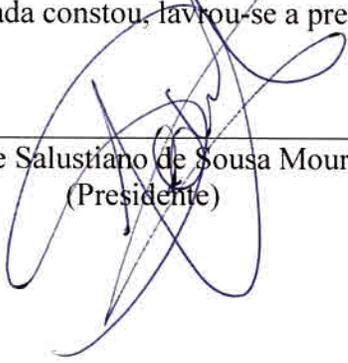
Olinda Patrimônio da Humanidade

conseguir arrecadar esses recursos, essa informação já consta do Anexo de Riscos Fiscais, em que, se houver frustração na arrecadação de convênios no montante de 150 milhões de reais, o Poder Executivo deve providenciar limitação de empenho ou bloqueio de saldos orçamentários. Então, isso impede que o Poder Executivo realize uma despesa sem ter o recurso financeiro para custear, aí não vai haver equilíbrio fiscal e orçamentário para o Município. Se você observar o histórico que está contido na LDO sobre a receita tributária 2017, 2018, 2019 e 2020, vai haver de certa forma uma harmonia de crescimento. Por exemplo, se a gente comparar a receita corrente, que é aquela que o Município arrecada e pode custear sua manutenção, sem gastar com a despesa de capital, apesar de que a receita corrente pode gastar recurso com despesa de capital, o contrário é que não pode acontecer (você arrecadar recursos para investimento e gastar esse recurso com custeio). Se a gente observar o comparativo de 2018 e 2017, houve um incremento em receita corrente de 9,17%. De 2019 a 2018, com base nessa reestimativa que foi feita, a gente está prevendo que arrecade em média 5,5 a 5,6% a mais por conta dessa retração da economia que houve nesse primeiro semestre de 2019. E para 2020, o Governo está projetando um aumento de, em média, 13%. Então, possivelmente a arrecadação do segundo semestre se for um pouco maior, essa projeção de 13,5% tem mais tendência de se realizar. Caso isso não ocorra, também faz parte do Anexo de Riscos Fiscais uma providência no sentido de limitar despesas, limitar empenho e realizar bloqueio de dotação orçamentária para não atrapalhar o equilíbrio fiscal da Prefeitura, que também você pode vislumbrar isso no resultado primário. E o Anexo de Metas Fiscais mostra quanto é a receita para o exercício seguinte que está sendo projetada, receita e despesa, e para os 2 posteriores (2020, 2021, 2022). E essas receitas e despesas são divididas entre receitas primárias e despesas primárias, e não primárias. A receita primária é aquela que o ente arrecada de forma direta tanto por recursos municipais como por transferências. A receita não primária é aquela proveniente de juros, de financiamentos que o Município arrecada. Da mesma forma, serve para despesa. Então, o Anexo de Metas Fiscais no resultado primário indica se a receita que o Município está arrecadando está dando para sustentar a despesa que ele vai ter, então o resultado primário indica esse comportamento e entra também nesse cálculo inclusive o aporte financeiro que o Município faz ao regime de previdência para poder ele poder equilibrar as contas previdenciárias, então por isso que, em alguns exercícios, o resultado primário é um pouco maior e em outros menor, por isso que há essa evolução, também por conta de outros passivos que podem ocorrer dentro do exercício. O artigo 141 da Lei de Diretrizes Orçamentárias fala sobre a celebração de operação de crédito. Esse tipo de operação constante na LDO é o que a gente chama de ARO. Existem 2 tipos de operação de crédito. Existe aquela operação de crédito que você vai captar recursos para atender uma demanda social imediata e deve ser aplicado em investimentos, que é o caso da Presidente Kennedy, na verdade a gente está antecipando uma arrecadação futura, mas o recurso já é do Município. E a ARO (Antecipação da Receita Orçamentária) é para custear despesas de custeio. É como se fosse um empréstimo do próprio caixa da Prefeitura e esse procedimento é proibido no último mandato de governo, então para a operação de crédito que porventura está para surgir aqui no Município de Olinda seria ao contrário, seria aquela operação de crédito que vai solicitar ao banco para realizar ações na Presidente Kennedy, não é essa ARO não, aí não tem problema não, contanto que esse investimento ou qualquer investimento deve estar contido no Plano Plurianual. Por exemplo, não pode se criar um novo projeto para executar no Município que não esteja contemplado no Plano Plurianual. Em Olinda, a gente tem o Plano Plurianual de 2020, que a gente está revisando essa lei e de 2021, então nenhum ente público pode realizar um investimento que ultrapasse sua execução além desses 2 anos, por isso que até eu estou imaginando que a operação de crédito vem para ser executada e concluída em 2021, inclusive acredito que seu pagamento também. É o que estou imaginando. A Procuradoria está responsável por elaborar a minuta do projeto de lei. Só pode se fazer essa operação de crédito em 2020 se concluir ela em 2020 e 2021, porque o último ano do Plano Plurianual do Executivo, quem vai executar é a próxima gestão ou a do Professor Lupércio ou de outro prefeito. Então, podem-se criar investimentos contanto que sejam concluídos até 2021. Atendendo a um questionamento da senhora Márcia, de fato, as informações de pessoal da Prefeitura, a gente da Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

Executiva de Administração, aí a gente não tem condições de passar essa informação para vocês. Se vocês tiverem interesse, entrar em contato com a Secretaria de Educação e com a Secretaria Executiva de Administração. A gente solicita alguns dados de pessoal, mas de forma bruta e consolida isso na Lei Orçamentária. Por exemplo, aqui quando a gente vê a despesa com pessoal ano a ano, está incluída a despesa da Câmara e de cada secretaria, mas de forma bruta, a gente não tem o dado de quantos professores têm na Secretaria da Educação, quantos são contratados, terceirizados, vocês podem buscar essa informação diretamente na Secretaria de Educação ou na Secretaria Executiva de Administração.” O Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a audiência pública. E como mais nada constou, lavrou-se a presente ata que será assinada pelo Presidente e pela Secretária.



Jorge Salustiano de Sousa Moura
(Presidente)



Maria das Graças Barbosa Morais Fonseca
(Secretária)